

Diário do Legislativo de 23/11/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATA

Ata da 27ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 17/11/2010

Às 9h9min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Carlos Mosconi (substituindo o Deputado Fahim Sawan, por indicação da Liderança do BSD) e Getúlio Neiva (substituindo o Deputado Vanderlei Miranda, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Alencar da Silveira Jr. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Getúlio Neiva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, denúncias sobre possíveis agressões praticadas por policiais contra cidadãos de Belo Horizonte e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Paulo Emílio Gonçalves, Gerente Regional de Assistência Social Centro-Sul, convidando esta Comissão para participar do encontro regional que será realizado em 4/12/2010, com o objetivo de discutir e avaliar o protagonismo do usuário na política de assistência social; e da Sra. Edna Guiomar Salgado Oliveira Guedes, Prefeita Municipal de Buritizeiro, solicitando tomada de providências quanto às ameaças sofridas em sua administração; e ofício da Sra. Márcia Milanez, 3ª-Vice-Presidente e Superintendente de Gestão da Inovação do Tribunal de Justiça, publicado no "Diário do Legislativo", de 11/11/2010. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.884/2010, em turno único, para o qual designou como relator o Deputado Antônio Genaro. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Ema Maria Pereira dos Santos, Delegada de Polícia, representando Geraldo de Moraes Júnior, Corregedor-Geral da Polícia Civil do Estado; e os Srs. Paulo Vaz Alkmim, Ouvidor de Polícia do Estado; William dos Santos, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG; José de Almeida Filho, Rian Guilherme Ribeiro, Givaldo Rodrigues Silva e Adalberto Maia dos Santos, que são convidados a tomar assento à mesa. Os Deputados Durval Ângelo e Alencar da Silveira Jr., autores do requerimento que deu origem ao debate tecem, cada um por sua vez, as considerações iniciais. Logo após, o Presidente passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.711 e 4.745/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Durval Ângelo (4) em que solicita sejam encaminhados ao Secretário de Defesa Social e ao Colegiado das Corregedorias pedido de providências para que a cadeia pública do Município do Serro seja assumida imediatamente pela Subsecretaria de Administração Prisional; seja encaminhado ao Corregedor-Geral da Polícia Civil pedido de providências para apurar a denúncia de que a ex-namorada do Agente Penitenciário Paulo Henrique da Silva Santos teria sido conduzida à delegacia do Município do Serro sem mandato judicial ou intimação; sejam encaminhadas à Corregedoria da Polícia Civil, à Corregedoria do Sistema Prisional, à Promotoria de Justiça da Comarca do Serro, à Ouvidoria de Polícia, às Comissões de Direitos Humanos e de Prerrogativas da OAB-MG, à OAB Federal e ao Arcebispo Dom Walmor Oliveira de Azevedo, da Arquidiocese de Belo Horizonte, cópias das notas taquigráficas da 47ª Reunião Extraordinária; e seja realizada visita ao Presidente do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil em Minas Gerais para discutir denúncias sobre violação de direitos humanos e desrespeito às prerrogativas profissionais de

advogados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2010.

Durval Ângelo, Presidente.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 88ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 23/11/2010

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.004/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 45/2008, dos Deputados Sargento Rodrigues e André Quintão, que veda o assédio moral no âmbito das administrações públicas direta e indireta do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 1 com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.391/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.777/2009, do Deputado Ruy Muniz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Congonhal o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.791/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.963/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Candeias o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.032/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - localizadas no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.037/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tumiritinga o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.047/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Alegre de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.071/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Rio Preto o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.085/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Leandro Ferreira o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.086/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pouso Alegre o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.413/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 2.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.489/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito externo junto à agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW - e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 1.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 54/2009, do Deputado Lafayette de Andrada e outros, que altera a Constituição do Estado para adequação ao disposto na Constituição da República. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com as Emendas nºs 1 a 20, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.919/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 29.295.167,07 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.938/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$74.500.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.999/2010, da Comissão de Justiça, que delega ao Governador do Estado atribuição para elaborar leis delegadas dispostas sobre a estrutura das administrações direta e indireta do Poder Executivo, nos termos que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 965/2007, do Deputado Délio Malheiros, que obriga a exposição de cartaz de advertência sobre acidentes pelos estabelecimentos que comercializarem álcool líquido. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.399/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Inconfidentes o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.616/2009, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Sião o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.666/2009, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição das Alagoas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.036/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que dá nova redação ao inciso II do § 1º do art. 2º da Lei nº 15.176, de 16/6/2004, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibituripe o imóvel que especifica, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.102/2009, do Deputado Inácio Franco, que autoriza o Instituto Estadual de Florestas - IEF - a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.255/2010, do Governador do Estado, que dispõe sobre a publicação de matéria de interesse dos Poderes do Estado no órgão oficial. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.462/2010, da Comissão Especial sobre a Arbitragem, que dispõe sobre a adoção do juízo arbitral para a solução de litígio em que o Estado seja parte e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 6, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 5, da Comissão de Justiça, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 6, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.513/2010, do Deputado Duarte Bechir, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades das Associações de Produtores Rurais localizadas no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 18ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 23/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 63/2010, do Deputado Djalma Diniz; Projetos de Lei nºs 4.904/2010, do Deputado Durval Ângelo; 4.023/2009, do Deputado José Henrique; 4.399/2010, do Deputado Duarte Bechir; 4.498/2010, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 4.517/2010, do Deputado Doutor Rinaldo Valério; 4.604/2010, do Deputado Inácio Franco; 4.801/2010, da Deputada Ana Maria Resende; 4.842/2010, do Deputado Wander Borges; 4.959/2010, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.696 e 4.703/2010, do Deputado Tiago Ulisses; 4.949/2010, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 4.951/2010, do Deputado Antônio Júlio; 4.952/2010, do Deputado Durval Ângelo; 4.960/2010, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 4.962/2010, do Deputado Wander Borges; 4.963/2010, do Deputado Zé Maia; 4.966/2010, do Deputado João Leite; 4.967/2010, da Deputada Maria Tereza Lara; 4.971/2010, do Deputado Carlos Mosconi; 4.974/2010, do Deputado Lafayette de Andrada; 4.975 e 4.976/2010, do Deputado Paulo Guedes; 4.978/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 23/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater os problemas causados à população por atrasos e cancelamentos de voos no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, bem como verificar a existência de plano de contingências para períodos de maior movimento.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 23/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.333/2008, do Deputado Padre João.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.726, 6.728, 6.677 e 6.678/2010, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 22ª Reunião Ordinária da Comissão de Administração Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 23/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.771/2010, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 31ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 23/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15h15min do dia 23/11/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Mensagem nº 454/2009, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.905/2010, do Deputado Durval Ângelo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 23/11/2010, destinada, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 54/2009, do Deputado Lafayette de Andrada e outros, que altera a Constituição do Estado para adequação ao disposto na Constituição da República; do Projeto de Resolução nº 4.999/2010, da Comissão de Justiça, que delega ao Governador do Estado atribuição para elaborar leis delegadas dispendo sobre a estrutura das administrações direta e indireta do Poder Executivo, nos termos que menciona; e dos Projetos de Lei nºs 965/2007, do Deputado Délio Malheiros, que obriga a exposição de cartaz de advertência sobre acidentes pelos estabelecimentos que comercializarem álcool líquido; 3.399/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Inconfidentes o imóvel que especifica; 4.255/2010, do Governador do Estado, que dispõe sobre a publicação de matéria de interesse dos Poderes do Estado no órgão oficial; 4.462/2010, da Comissão Especial sobre a Arbitragem, que dispõe sobre a adoção do juízo arbitral para a solução de litígio em que o Estado seja parte e dá outras providências; 4.919/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 29.295.167,07 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; e 4.938/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$74.500.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 22 de novembro de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial Para Emitir Parecer Sobre a Indicação do Nome de Cláudio Couto Terrão para Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Inácio Franco, João Leite, Lafayette de Andrada e Padre João, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/11/2010, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2010.

Antônio Júlio, Presidente "ad hoc".

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

De autoria do Deputado Durval Ângelo, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade do Atalaia Três, com sede no Município de Entre-Folhas.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.905/2010 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade do Atalaia Três, com sede no Município de Entre-Folhas, entidade sem fins econômicos que tem por objetivo colaborar para o desenvolvimento econômico e social da localidade denominada Atalaia Três.

Para a consecução de seus propósitos, a instituição busca contribuir para o fomento e a racionalização das explorações agropecuárias e de outros empreendimentos que gerem melhoria da renda familiar de seus assistidos; promover ações culturais, desportivas e sociais, visando aprimorar o convívio entre seus associados e dependentes; assistir os agricultores familiares em suas atividades; desenvolver canais de comercialização de seus produtos e serviços; orientar sobre a defesa e a preservação do meio ambiente.

Considerando, pois, a importância do trabalho desenvolvido, acreditamos ser a referida entidade merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.905/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2010.

Dilzon Melo, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

86ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 17/11/2010

A Deputada Gláucia Brandão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderia deixar de agradecer a Deus, à minha família, à minha equipe de trabalho, aos meus amigos e a cada mineiro que a mim confiou o seu voto nesta eleição. Foram mais de 40 mil votos e, por isso, o meu muito-obrigada, de coração, a cada um de vocês.

Ao nos aproximarmos do final desta sessão legislativa, sinto-me no dever de apresentar aos companheiros de legislatura, aos servidores desta Casa, à imprensa e aos meus conterrâneos desta Minas Gerais não só uma prestação de contas, mas também algumas reflexões sobre o exercício de meu mandato. Foram quatro anos de grande aprendizado, de crescimento pessoal e profissional.

Assumi a minha candidatura a Deputada porque me senti impelida a atuar politicamente em benefício da população mineira, especialmente em benefício de minha cidade natal, completando, dessa maneira, o trabalho iniciado por meu ex-marido, Deputado Eduardo Brandão.

Entre os Municípios que integram a Região Metropolitana de Belo Horizonte, Ribeirão das Neves era um dos mais esquecidos. Apesar de sua proximidade com a Capital e de sua grande densidade demográfica - mais de 350 mil habitantes -, apresentava um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano - IDHs - do Estado e parecia apenas uma cidade-dormitório, fornecedora de mão de obra para Belo Horizonte, de modo que tudo estava por ser feito.

Ao longo desses quatro anos, procurei conhecer de perto as carências e as demandas de cada cidadão. Nunca me faltaram disposição para o trabalho, fé em Deus e o apoio indispensável dos Governadores Aécio Neves e Antonio Anastasia e do Prefeito Wallace Ventura. Com todo esse suporte, fui rompendo as barreiras que encontrei pelo caminho.

Ao fazer uma retrospectiva de meu trabalho nesses quatro anos, sinto a sensação confortadora do dever cumprido. Não tenho a ingênua pretensão de haver resolvido todos os problemas que afligem a população nevensense, mas sei que muito fiz para trazer seus problemas à presença de quem poderia ajudar a minorá-los. Como se trata de uma omissão histórica, muita coisa ainda ficou por ser feita, mas tenho orgulho de dizer que, pela primeira vez, minha cidade foi colocada na agenda de grandes investimentos do governo do Estado e do governo federal. Depois de Belo Horizonte, Ribeirão das Neves foi o Município mineiro que, nos últimos anos, recebeu mais recursos do governo do Estado. Mais de R\$500.000.000,00 foram destinados ao Município para as áreas de saúde, educação, segurança pública, infraestrutura e saneamento básico, esporte, lazer e assistência social, entre outras.

Dos investimentos em saúde, destaco a recente inauguração da Unidade de Pronto Atendimento - UPA - de Justinópolis, de que tive a honra de participar, no dia 20 de outubro. O governo do Estado aplicou em sua construção mais de R\$5.000.000,00 e liberou mais R\$1.135.000,00 para aquisição de equipamentos e materiais necessários ao seu bom funcionamento. Merecidamente essa UPA recebeu o nome de Acrísio de Meneses, um grande cidadão nevensense que muito lutou pelo desenvolvimento da cidade. A referida unidade ocupa uma área de 6.000m² e dispõe de 40 leitos, com capacidade para atender até 350 pessoas por dia. Para sua manutenção, o governo do Estado destinará anualmente recursos de R\$1.600.000,00, cerca de R\$700.000,00 por mês.

Ainda na área da saúde, foi anunciada pelo Governador Anastasia a destinação de R\$8.000.000,00 para ampliação e modernização do Hospital São Judas Tadeu, que passará a contar com 150 leitos, CTI, pronto-atendimento adulto e pediátrico, maternidade, necrotério, abrigo para

ambulâncias e elevador. Destinou também R\$3.000.000,00 para a construção da UPA do Bairro Veneza, que deverá atender a cerca de 75 mil pessoas por ano. Além disso, convênio da Prefeitura de Ribeirão das Neves com a Secretaria de Saúde garantiu recursos para obras do programa Viva Vida no Hospital do Câncer de Justinópolis.

Nos setores de infraestrutura e de saneamento básico, a Copasa está investindo mais de R\$300.000.000,00 em obras como a ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgoto e a construção de avenidas sanitárias e de três estações de tratamento de esgoto - ETES.

Na educação, o governo já investiu quase R\$30.000.000,00 na construção de 5 novas escolas e na reforma e ampliação de 48 escolas estaduais, beneficiando mais de 63 mil alunos; implantou também o Centro Vocacional Tecnológico e o Centro Solidário de Educação Infantil, que oferece atendimento a crianças carentes da região de Justinópolis.

O Município recebeu, pioneiramente, recursos do programa Poupança Jovem, que está comprometido com o sucesso no ensino médio de mais de 10 mil jovens nevesenses. Por ocasião da entrega das bolsas de R\$3.000.000,00 aos 2.100 jovens concluintes da primeira turma contemplada pelo programa, o Governador Aécio Neves informou que foi destinada a Ribeirão das Neves metade dos R\$75.000.000,00 previstos no Orçamento do ano. Além do Poupança Jovem, o governo do Estado escolheu Ribeirão das Neves como destinatário dos projetos-piloto Minas Olímpica, Saúde na Praça e Travessia.

Convênio com a Secretaria de Esportes e da Juventude garantiu R\$5.000.000,00 para a construção de ginásios e quadras poliesportivas em vários bairros da cidade, bem como pistas de "skate", alambrados e vestiários em mais de 15 campos de futebol já existentes.

Para melhorar o acesso à Linha Verde, o governo Aécio-Anastasia assegurou a duplicação e a recuperação da Rodovia MG-806, que facilitará a ligação da sede de Ribeirão das Neves ao Distrito de Justinópolis, a Belo Horizonte e ao vetor norte da Região Metropolitana.

Embora tenha dito não ter intenção de fazer prestação de contas de meu mandato, não poderia deixar de mencionar as principais conquistas que obtivemos para Ribeirão das Neves, por serem realmente significativas e transformadoras. Muito mais teria ainda a relacionar, como os grandes investimentos em segurança pública e no Corpo de Bombeiros, em especial a construção da sede do 40º Batalhão de Polícia Militar, o licenciamento do novo cemitério, bem como a doação de terrenos para a construção do Instituto Federal de Educação Tecnológica - Ifet - e para a ampliação do centro industrial do Município.

No Judiciário, obtivemos ganhos significativos, como a elevação da Comarca de Ribeirão das Neves à categoria de entrância especial e a criação de novas varas, como a Vara Maria da Penha, especializada no combate à violência doméstica contra a mulher. Outro grande benefício para Ribeirão das Neves foi a emenda que conseguimos aprovar à Lei nº 18.030, de 12/1/2009, conhecida como Lei do ICMS Solidário, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita da arrecadação pertencente aos Municípios. De acordo com esses dispositivos, os Municípios onde se localizam penitenciárias estaduais serão compensados com percentuais daquele tributo, que, no caso de Ribeirão das Neves, deverá acrescentar cerca de R\$550.000,00 por mês à sua receita, a partir de janeiro de 2011. Na Presidência da Frente Parlamentar em prol da RMBH, reuni forças com outros Deputados da região para traçarmos políticas públicas voltadas para o combate a desigualdades sociais e regionais e para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos metropolitanos. Além disso, acabei por interessar-me pelos problemas de Municípios de outras regiões, procurada que fui, muitas vezes, por lideranças que me vieram solicitar ajuda. Na Presidência da Comissão de Cultura, foram promovidos debates e audiências públicas para discutir as principais questões do setor, como as políticas de financiamento da cultura - tanto federal como estadual - e políticas de salvaguarda dos bens culturais do Estado.

Deputado Neider Moreira, os bons resultados decorrentes da minha atividade parlamentar, obtidos em benefício da população mineira, devo muito à Assembleia Legislativa, em especial à assessoria e Consultoria da Casa, aos meus colegas Deputados, à minha equipe de gabinete e, principalmente, ao espírito público e à exitosa parceria com os Governadores Aécio Neves e Antonio Anastasia, sem os quais reconheço que de pouco teriam adiantado tantos esforços. Por tudo isso, pela compreensão, pelo permanente interesse demonstrado às grandes necessidades da RMBH, em especial de minha querida Ribeirão das Neves, pela cordialidade com que me atenderam todas as vezes que a eles recorri, venho a esta tribuna agradecer a esses grandes homens públicos e prestar-lhes minha homenagem. Só mesmo Minas poderia reunir em um mesmo momento histórico homens da envergadura de nosso eterno Governador e futuro Senador Aécio Neves, do Governador Antonio Anastasia e do Presidente Alberto Pinto Coelho, nosso próximo Vice-Governador. Muito obrigado a cada um de vocês. Que Deus continue a iluminar os seus caminhos para que Minas seja cada vez mais o melhor Estado para seus cidadãos.

Seria injusto não mencionar o nome do meu grande companheiro de política, o Deputado Federal Nárcio Rodrigues, a quem sou grata pelo muito que me apoiou durante esse período. Sua participação junto ao governo do Estado foi fundamental para que Ribeirão das Neves recebesse tantos benefícios. Aos meus colegas Deputados, aos servidores desta Casa, a todos os amigos que caminharam comigo apoiando-me e incentivando-me, minha eterna gratidão. A Deus, meu Senhor e Salvador, que me guia pelas sendas da vida, que nunca me falta e nunca me faltará, dou toda honra, toda glória e todo o louvor. Que Ele, em sua imensa bondade, continue nos dando a graça e a sabedoria para vivermos de forma significativa e plena, de modo a impactarmos positivamente a geração atual e as gerações futuras. Finalmente, a todos que me ouviram, o meu muito-obrigado.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Deputada Gláucia Brandão, nossa amiga e companheira, realmente esses quatro anos do seu mandato fazem jus à sua biografia, à sua seriedade como pensadora e intelectual e ao trabalho dedicado ao povo de Minas, em especial à população de Ribeirão das Neves. No entanto, acredito que todo esse seu trabalho, realizado com afinco e cuidado, honra a presença, neste Legislativo, de uma pessoa que nos deixou um vácuo muito grande, o nosso amigo ex-Deputado Eduardo Brandão. Quando ele aqui chegou, ainda como um jovem Deputado, assumiu a Presidência de comissões das mais importantes desta Casa. Diante disso, Deputada Gláucia, elogiamos seu trabalho na Comissão de Cultura, bem como sua presença e seu trabalho, mesmo como suplente, tantas e tantas vezes na Comissão de Direitos Humanos. Pessoas como V. Exa. sempre marcam muito. Fico muito feliz de ser seu amigo, como era amigo do Eduardo. Saiba que Ribeirão das Neves perderá muito em função de sua ausência nesta Casa. Parabéns pelo seu trabalho e receba o nosso reconhecimento.

A Deputada Gláucia Brandão* - Deputado Durval Ângelo, muito obrigada.

Saiba que aprendi muito com V. Exa., enfim, com o trabalho que exerceu e exerce aqui, no Plenário, e também nas comissões. Receba meus parabéns pelo que vem fazendo em prol de Minas Gerais.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Deputada Gláucia Brandão, também não poderia deixar de cumprimentá-la e abraçá-la. Lamento por V. Exa. não ter sido reeleita. Com certeza, a Assembleia ficará menor com sua ausência. V. Exa. desenvolveu, nesses quatro anos, um trabalho extraordinário, como se fosse uma Deputada de muitos mandatos, apesar da sua experiência em Neves.

Não poderia deixar de mencionar o nosso saudoso Eduardo Brandão. Todos sabemos que V. Exa. acompanhou o mandato dele "pari passu". Quero parabenizá-la não só pelo trabalho que desenvolveu, mas também pelo exemplo de pessoa que demonstrou ser na Casa, sempre amiga e companheira. Sem falar da segurança nas suas decisões. Que Deus continue a iluminá-la, porque ele já ilumina. Parabéns e felicidades na sua vida.

A Deputada Gláucia Brandão* - Obrigada, Deputado Doutor Viana. Que Deus também continue a iluminá-lo na jornada e no desafio de promover o desenvolvimento de Minas Gerais.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Faço coro com meus colegas Deputados Doutor Viana e Durval Ângelo. Tenho certeza de que essa é a única voz de todos os seus 76 colegas Deputados do Plenário desta Casa, Deputados que, ao lado de V. Exa., realizaram trabalhos importantes em prol do nosso Estado nos últimos quatro anos. Não vou despedir-me de V. Exa.; apenas vou dizer um até-breve em função do trabalho desenvolvido, da forma responsável com que faz política e da seriedade com que conduz não só a vida pública, mas também a particular, a pessoal.

Estamos apenas lhe dando um até-breve. V. Exa. merece estar aqui e ser reconhecida não só pelos Municípios que representou, em especial o de Ribeirão das Neves, mas também por todos os mineiros, pelo trabalho e pela dedicação que teve para com seu povo e com o povo de Minas durante os últimos quatro anos. Parabéns pelo trabalho e pela pessoa que mostrou ser nos últimos anos nesta Casa. Muito obrigado.

A Deputada Gláucia Brandão* - Obrigada, Deputado Gustavo Valadares. Também desejo a V. Exa. uma próxima legislatura plena de realizações e sucesso. Que Deus continue lhe dando sabedoria pelos muitos anos que tem pela frente, por toda a sua juventude, para que continue sendo um Deputado competente.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Peço ao Presidente um pouco mais de tolerância, porque também quero participar dessa homenagem. Na verdade, este é um momento muito importante não só para mim em particular, porque tenho carinho e respeito todo especial por V. Exa., mas também para todo o Legislativo devido ao trabalho tão correto e amigo que desempenhou.

Isso me lembra o meu companheiro Eduardo Brandão. Tive o prazer de ser Deputado na mesma legislatura que ele. Aliás, ele foi uma pessoa que marcou muito como parlamentar e como Presidente da Ruralminas. Era uma pessoa que transmitia, ou melhor, transpirava confiança e amizade, sempre rindo, brincando e apoiando. Com o passamento dele, V. Exa. veio para cumprir bem a sua missão.

Hoje Ribeirão das Neves não é uma cidade considerada dormitório, em que as pessoas moravam lá e trabalhavam aqui, uma cidade conhecida pelos presídios e pelas dificuldades. Apesar de ela fazer parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, era uma cidade com características idênticas às do Norte de Minas: as mesmas dificuldades e a mesma falta de infraestrutura.

Hoje o seu relato é a prestação de contas do que fez: participação, presença constante e amizade que tinha e tem com o governo do Estado. Por fim, gostaria de lhe desejar muita sorte. Esta Casa apenas encerra parte da sua vida como parlamentar. Foi um prazer, um privilégio conviver com V. Exa. ao longo desses quatro anos. Tenho certeza de que V. Exa. ainda continuará na política. Quem sabe, daqui a dois anos, não vamos ter Gláucia Prefeita de Ribeirão das Neves? Conte sempre com os amigos que fez aqui. Muita sorte a V. Exa. e a sua família. Que Deus lhe abençoe. Tive muita honra de conviver com V. Exa., como vizinho de gabinete e como amigo.

A Deputada Gláucia Brandão* - Muito obrigada, Deputado Carlos Pimenta. É uma grata honra tê-lo como amigo e colega neste Parlamento. Muito sucesso nessa próxima legislatura. Que V. Exa. continue brilhando como parlamentar, e que Deus abençoe seus caminhos. Muito obrigada a todos. Desculpe-me, Presidente, por ter ultrapassado o meu tempo. Que as bênçãos do Senhor sejam derramadas sobre a vida de cada um.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - Exmo. Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembleia, pessoal da galeria, senhoras e senhores, eu também não poderia deixar de aproveitar este momento, Deputada Gláucia, para também cumprimentá-la e desejar a sorte que V. Exa. merece e de que precisa. Não tenho dúvida de que aqui não há um Deputado com quem V. Exa. não tenha tido esse respeito. V. Exa. hoje é respeitada por todos nós, Deputados, pelo seu jeito de ser: bondosa, carinhosa, batalhadora e competente. Infelizmente, o resultado das urnas não foi aquilo com que todos sonhávamos e que a Deputada merecia. Mas V. Exa. obteve mais de 40 mil votos. Isso também é uma vitória. É uma pessoa que fez uma campanha humilde, muito simples. Pode ter certeza de que estão chegando aqui vários Deputados que tiveram muito menos votos. Mas infelizmente a legislação não é justa, e nem sempre os mais votados são eleitos. Não tenha dúvida de que não é uma despedida; é um até-logo. Não tenho dúvida de que sua carreira política tem muito pela frente e de que ainda poderá contribuir muito para Minas Gerais.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte)* - Deputado Antônio Carlos, gostaria de agradecer a V. Exa. o aparte. A Deputada Gláucia nos pegou a todos de surpresa, ao final de suas palavras. Já estávamos findando o prazo de também partilhar com ela este momento. Estou aqui há apenas um ano e meio, e V. Exa. nos inspirou tanto no trabalho quanto na humildade, na forma de dirigir-se aos seus pares, sempre com muito carinho. Sempre que o fazia, nós notávamos que era de coração. V. Exa. deixa este exemplo: muita gente, tenho certeza, aprendeu a ser cortês, amigo e leal e a ser bom de trabalho como V. Exa. o é nesta Casa. Nas conversas e nos bate-papos, trabalhamos e torcemos para que V. Exa. possa continuar prestando seu trabalho a esta Casa e a Minas Gerais, porque é a primeira suplente. E tenho toda a certeza de que o trabalho continuará. Torceremos por isso. Eu sou um dos maiores torcedores, porque compartilho com V. Exa. o grande trabalho realizado.

Aproveitando também este momento, gostaria de saudar, meu caro Deputado Antônio Carlos, os companheiros da minha querida Campo Belo que se fazem presentes. Estão aqui o ex-Prefeito e Vice-Prefeito Joaquim de Almeida Barbosa e os ex-Vereadores Vicente de Sousa e João Marcos Lemos (João Grandão), que fazem essa visita ao Parlamento nesta tarde de hoje. Terminando, informo que, ontem, na Comissão de Política Agropecuária, estivemos juntos e V. Exa. foi muito feliz ao incluir na votação o apoio à bacia leiteira e ao café, as riquezas principais do nosso Sul de Minas. Aproveito esses três assuntos para, neste breve relato, manifestar minha satisfação com a Deputada Gláucia e com a visita dos companheiros e para parabenizar V. Exa. pela defesa sempre intransigente dos valores da agricultura, o que faz com muita grandeza. Agradeço mais uma vez o aparte.

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - Muito obrigado, Deputado Duarte Bechir, que ontem participou da primeira reunião da nossa Comissão de Política Agropecuária. Eu espero que no próximo mandato possamos contribuir mais ainda com o setor agropecuário. O Deputado agora foi um grande vitorioso. Triplicou os seus votos, o que prova o seu trabalho e a inteligência do povo de Campo Belo e da região, que soube valorizar o seu líder, hoje, sem dúvida, o líder maior daquela região.

Deputado Duarte, nós dois, que somos do Sul de Minas e do Sudoeste de Minas - e V. Exa. é muito bem votado no Sul de Minas -, temos uma grande responsabilidade nesta Casa, porque viemos aqui para exercer nossa função e para fazer do nosso cargo um instrumento para melhorar a vida das pessoas.

Falar em melhoria de vida das pessoas e do povo mineiro é tratar do emprego e da renda. E o que pesa na renda, na economia de Minas Gerais? O que realmente faz a diferença? É o setor agropecuário. O que o brasileiro e o mineiro mais sabem fazer é produzir. E produzem muito. Minas Gerais produz mais da metade do café brasileiro. Se Minas fosse um país, o primeiro produtor de café do mundo seria o Brasil e o segundo Minas Gerais. Só depois viriam o Vietnã, a Colômbia e assim por diante. Então Minas Gerais é como um país.

Quanto à produção de leite, as coisas acontecem da mesma forma. É na produção do leite e do café que é gerada a maioria dos empregos no Brasil. O café gera mais de 8 milhões de empregos. Cada emprego direto no campo gera mais três no comércio e na indústria. Então o peso da economia cafeeira no Brasil é muito grande, assim como em Minas Gerais. Só isso justifica uma política diferenciada para o café e para o leite em Minas. Além disso, o leite é muito democrático. Se um produtor tem uma vaquinha, produz 10, 15, 20 litros e tem onde vender. Como o consumo é diário, ele não perde. São vários os pequenos produtores ainda vivos, sofridos e humilhados, mas que ainda lutam e acreditam na produção do leite.

Por causa dessa luta e dessa discussão, eu e o Deputado Carlos Melles conversamos algumas vezes com o Governador Antonio Anastasia. Houve uma reunião no Palácio das Mangabeiras, onde estávamos acompanhados por vários sindicatos e cooperativas. Conseguimos dele o compromisso de montar uma política de proteção ao produtor de leite e de café. Às vezes, as pessoas pensam que os produtores de café não precisam disso porque o café agora está com preço bom. Sim, agora está, mas o produtor não tem mais café para vender. Pouquíssimos o têm. Venderam o produto barato porque estavam e estão endividados e apertados.

Com o leite acontece a mesma coisa. Quando o preço melhora um pouquinho, as pessoas acreditam que a situação está boa, mas e a dívida, o passado, o empobrecimento das propriedades, dos proprietários e das famílias?

Então, para recuperar isso, é preciso uma política de longo prazo, da forma como combinamos com o Governador. Tudo que combinamos com ele e com o ex-Governador Aécio, agora Senador da República, torna-se realidade. Essa é a nossa expectativa.

Como bem disse o Deputado Duarte Bechir, ontem, na nossa Comissão, apresentei a proposta de realizarmos uma audiência pública para convidarmos o Governador, a Federação de Agricultura, o Secretário de Agricultura de Minas Gerais e as entidades ligadas ao setor, com o objetivo de discutirmos essa política que pretendemos implantar em Minas junto ao Governador Antonio Anastasia. Tive o apoio dos Deputados Duarte Bechir e Dilzon Melo e tenho a certeza de que teremos o apoio de toda esta Casa, para realizarmos essa audiência e implementarmos uma política protetora para os produtores de café e leite e o produtor em geral, o produtor rural mineiro, que é muito diversificado e faz a diferença em Minas Gerais.

Ontem, o Deputado Carlos Melles, por meio de sua liderança, realizou uma audiência pública para discutir o Acordo Internacional do Café, que está sendo implementado. A verdade é que nós, produtores e lideranças do setor, muitas vezes nem sabemos a real situação desse acordo. Então são fundamentais audiências como essas. Com a nossa, poderemos atualizar-nos melhor ainda e verificar o que será possível ser implementado pelo governo do Estado de forma a proteger o nosso produtor rural. Nos próximos 15 dias, já contaremos com essa audiência pública para discutir a política da produção do café e do leite, que será implementada com o nosso apoio pelo Governador Antonio Anastasia. Também gostaria de manifestar minha satisfação com o Governador Antonio Anastasia e com o ex-Governador Aécio Neves por uma grande conquista da nossa região, que é a tão sonhada rodovia que ligará Passos à cidade de Delfinópolis e, no futuro, se Deus quiser, a Sacramento, para ligar ao Alto Paranaíba e também ao Triângulo Mineiro. Hoje já há ligação até São João Batista do Glória. Foi feita uma ponte que custou aproximadamente R\$30.000.000,00 pelo Governador Aécio Neves e agora há o projeto de ligar São João Batista do Glória ao restante. A primeira etapa que seria até Delfinópolis é de aproximadamente 60km. Nesta semana, o Governador Antonio Anastasia já autorizou a licitação do projeto em aproximadamente R\$2.000.000,00, que serão aplicados para elaborá-lo. Se Deus quiser, assim que o projeto for elaborado, realizaremos a obra, que é o grande sonho daquela região. Aliás, essa região é fantástica, turística e de alto valor econômico de produção no setor agropecuário. Além disso, há o Rio Grande à frente, e ao fundo, a belíssima Serra da Canastra com suas belezas e riquezas. Essa rodovia será fundamental para o desenvolvimento do turismo naquela região. Agora há um projeto já pronto da obra que liga Pimenta a Guapé, passando pelo Lago de Furnas. Queremos que o Governador aja da mesma forma pensando no turismo dessa área. Essa estrada é importantíssima para o desenvolvimento da nossa região e terá um papel fundamental para o turismo. Encontra-se também pronto o projeto referente a uma estrada perto da minha terra, em Jacuí, que liga Nova Resende a Bom Jesus da Penha. Na verdade, é uma estrada muito importante que ligará a região de Poços de Caldas, passando por Muzambinho e Nova Resende, a Bom Jesus da Penha e depois a Jacuí e a São João do Paraíso. Essa região é importantíssima, pois produz muito café, leite e milho. Portanto faz a diferença. Essa rodovia está com 19km de terraplanagem praticamente pronta, assim como toda a parte de obra de arte. É uma estrada de custo baixo. Espero que o nosso Governador Antonio Anastasia autorize tudo isso imediatamente, já que essa rodovia foi motivo de muitas discussões durante a campanha. Ele assumiu esse compromisso. Não tenho dúvidas de que tudo que assume ele cumpre, e faz tudo bem feito, com seriedade, honestidade e resultado.

Tenho dito sobre coisas positivas. No entanto, quero falar também sobre a segurança na região - grande preocupação, que sempre foi bandeira da nossa luta como Deputado Estadual. Se analisarmos, veremos que ela avançou e melhorou muito desde quando iniciei o nosso mandato. Há quatro anos a situação era muito pior. Hoje São Sebastião do Paraíso é exemplo de segurança. Já estamos chegando a 23 meses com apenas um assassinato. Fica aqui nossa manifestação de satisfação com o Maj. Bernardes, com as equipes das Polícias Militar e Civil, que têm feito a sua parte, assim como com a Guarda Municipal. Externamos também nosso contentamento pelo apoio do Deputado Federal Carlos Melles, que conseguiu muitos equipamentos em nível federal. Então, a verdade faz a diferença. Contudo, estamos muito preocupados com os distritos e povoados. Nesta semana, ocorreu o assassinato de mais um caminhoneiro, que, por sinal, é da minha cidade de Jacuí. Foi encontrado próximo ao Distrito de Guaianazes - aliás, já falei sobre a nossa preocupação com esse lugar, onde atualmente há muita violência. Espero que esse crime seja elucidado e os criminosos sejam descobertos. Não tenho dúvida de que a origem de tudo isso é a falta de segurança nesses locais, onde ainda não há policiamento nem ação mais forte da própria polícia. Essa é a nossa preocupação. Queremos que São João do Paraíso se torne exemplo para todo o Estado, a fim de que o povo tenha a sensação real de segurança. A morte do caminhoneiro Edvander nos deixa muito tristes e chateados. Queremos que problemas como esse não mais ocorram em nossa região. Uma ação do governo de Antonio Anastasia também foi motivo de nossa discussão na audiência que realizamos no Palácio das Mangueiras. O Governador combinou conosco que realizaria um programa direcionado para os povoados e zona rural, a fim de haver segurança para o nosso povo do campo. Essas são as minhas considerações. A nossa alegria com os avanços e resultados dos projetos sonhados, como a estrada de Jacuí a Fortaleza de Minas, e várias rodovias, como a de Muzambinho e de Monte Santo de Minas ao Distrito de Milagres. São muitas rodovias importantes com as quais sonhamos e que faremos com o Governador, se Deus quiser. Precisamos avançar rápido na questão da segurança para melhorar a vida do nosso povo. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente e telespectadores da TV Assembleia, quero fazer uma singela homenagem à grande Deputada Gláucia Brandão, com quem tive a honra, a alegria e o prazer de trabalhar na Comissão de Educação. Uma Deputada que trouxe grande contribuição para o debate político, extremamente competente, profunda conhecedora da educação, defensora da atividade de educação física e dos seus professores e ainda uma grande representante das mulheres neste Plenário. Deputada, temos certeza de que V. Exa. continuará exercendo um papel fundamental na política de Minas Gerais, de Ribeirão das Neves, mesmo que não seja neste Plenário - talvez, pois não podemos afirmar com tanta certeza -, mas continuará cumprindo um papel fundamental da grande política - uma política com "p" maiúsculo, com conteúdo, elaborada com amor e dedicação à causa. Torcemos para que seu futuro seja muito promissor. Esperamos tê-la de volta nesta Casa.

Ontem, fiquei aliviado com uma notícia alvissareira. A Secretaria de Estado de Comunicação publicou uma nota do Governador dizendo que não haverá atraso no pagamento dos salários dos 553 mil servidores públicos de Minas Gerais. Ficou esclarecido que o salário de novembro será pago no dia 5 de dezembro, o de dezembro, no dia 5 de janeiro, e o 13º salário, no dia 15 de dezembro. Essa nota é importante porque já havia um clima de muita preocupação por parte dos servidores públicos. Nesse feriado, ao fazer uma viagem ao interior, encontrei alguns servidores que estavam preocupados com a possibilidade do atraso dos salários ou não pagamento do 13º salário.

É importante que o Governador venha a público fazer esse esclarecimento porque não faria sentido, nessa altura do campeonato, a falta do pagamento dos servidores.

Não poderíamos imaginar isso, Sr. Presidente, porque, durante todo o ano de 2010, fizemos um esforço concentrado e, deste Plenário, saíram diversas autorizações para que o Estado contraísse empréstimos junto ao mercado, ao Banco Mundial, ao Banco Interamericano e ao BNDES, entre outros. O Deputado André Quintão sabe perfeitamente que foram dadas várias autorizações de empréstimos de diversas naturezas, que reforçaram o caixa do Estado. Nunca vi um governo contrair tantos empréstimos como aconteceu agora em 2010: foram empréstimos para a conclusão das obras do Processo, para a conclusão do ProMG, para cobrir fluxo do caixa do Estado, etc. Por fim, na semana passada, a Casa autorizou o governo do Estado a proceder a uma operação de antecipação de créditos tributários. No nosso entendimento, esse é um projeto bastante temerário, porque o governo vai antecipar créditos tributários e não tributários que tem para receber, ou seja, vai vender esses créditos no mercado e antecipar a receita - obviamente, com deságio. Posteriormente o mercado vai receber esses créditos da mão dos credores, e, na possibilidade de que eles não sejam recebidos, o Estado dá garantia integral de recebimento desses créditos.

O que quero dizer é que, com todos esses empréstimos e essa antecipação de crédito, não faria sentido não serem pagos o salário ou o 13º salário. Isso é o básico que se espera de um empregador. Pagar em dia o salário e o 13º salário é básico. Se ocorresse o contrário, ou seja, se neste momento o Estado de Minas Gerais não pagasse o salário dos servidores públicos, isso sim seria o fim dos tempos. O que iríamos pensar? Que todo esse dinheiro, todos esses empréstimos, todo esse fluxo de caixa teriam sido investidos em quê? Para onde poderia ir o dinheiro se não para as obrigações correntes, centrais e primordiais do Estado, como o pagamento do salário dos servidores?

É bem verdade que o Estado viveu um momento difícil em suas finanças, em função de sua economia. Bem sabemos que a crise de 2009 afetou profundamente o Estado de Minas Gerais, cuja economia é muito centrada na exportação de produtos primários, especialmente do minério de ferro e de "commodities" agrícolas - grãos como a soja, o milho e o feijão. Isso torna a base da nossa economia muito fragilizada, e em 2009 tivemos o maior decréscimo na nossa economia. Nesse ano Minas Gerais foi o Estado que mais caiu, em razão dessa primariedade da nossa economia. Em 2010, o crescimento foi retomado, mas, ao contrário do que tanto se propaga, se tomarmos os 10 últimos anos para comparação, dos 27 Estados do Brasil, Minas Gerais ficou na 17ª posição em termos de crescimento, o que não é lá essas coisas. De qualquer forma, os empréstimos autorizados são o suficiente para garantir a obrigação do pagamento do salário mensal ordinário e do 13º salário, a gratificação natalina dos servidores públicos.

Sr. Presidente, é muito importante dizer isso, porque Minas ainda convive com uma situação preocupante, intrigante. Vivemos a grande relação chamada PIB-dívida, ou seja, a riqueza do Estado, tudo o que ele produz em relação a sua dívida. Ao contrário que se fala, a dívida deste Estado ainda é alta, está desordenada e cresce a cada ano. Minas não tem o chamado déficit zero. Tecnicamente, se pegarmos o valor que se arrecada e o gasto, podemos dizer que existe o déficit zero, mas, na verdade, não há. Quando se fala nesse déficit, o desavisado pode achar que o Estado não tem dívida. Minas Gerais tem uma dívida monstruosa que foi negociada em bases completamente draconianas em 1998, com juros de 7,5% ao mês, usando-se a Tabela Price, ou seja, quanto mais se paga mais se deve. Este Estado ainda não tem a firmeza para dar um basta nessa situação, nessa negociação que foi feita no governo Eduardo Azeredo, durante o período em que Fernando Henrique Cardoso era o Presidente da República. Por isso, quando Itamar Franco assumiu a Presidência, vivemos momentos difíceis, em que os servidores precisavam esperar a tabela do mês para saberem em que dia receberiam seus salários.

A situação da dívida do Estado ainda é preocupante, porém não faz sentido imaginarmos que não se pague o 13º salário ou o salário dos servidores públicos. Isso seria um escândalo. Por vivermos bom momento de crescimento, em que o País e a economia brasileira vão bem, devemos tratar com transparência esses assuntos.

Deputado André Quintão, achei importante o Governador publicar nota de esclarecimento para afastar qualquer dúvida da cabeça de quem quer que seja, especialmente da do servidor público. Acho que ele deveria continuar esse exemplo, para que não tenhamos dúvida da real situação financeira, da saúde financeira do Estado. Outro bem maior que o Governador faria seria retirar o pedido de lei delegada porque, sem entrar em aspectos técnicos, por si só ela deixa a espada da dívida sobre a cabeça das pessoas. Para que lei delegada neste momento, se estamos saindo de um governo de continuidade de oito anos, que teve como Vice-Governador o atual Governador, que assumiu o cargo há oito meses e está dando continuação a uma gestão? Isso não é plausível, convincente, por mais justificativas técnicas que existam. Dizer que é mais ágil fazer a reforma do secretariado não faz sentido, deixa dúvida em todos. Fazer reforma administrativa por lei delegada é deixar dúvida na cabeça das pessoas. Sempre surgem perguntas como: o que é preciso esconder, por que não fazer isso às claras, por que não trazer essa discussão para o Plenário desta Casa ou por que não fazer isso com a Assembleia funcionando plenamente? Afinal estamos aqui para isso, esse é o papel do Parlamento e dos Deputados. Não temos urgência para fazer nenhuma reforma administrativa mirabolante que precise afastar a Assembleia desse debate.

Diga-se de passagem, é importante registrar que Minas tem grandes nomes e sempre os respeitou. Lembrava Patrus Ananias e Célio de Castro, ex-Prefeitos de Belo Horizonte, que assumiram seus mandatos em situações muito mais adversas e fizeram amplas reformas administrativas sempre debatendo no Plenário da Câmara dos Vereadores, não é mesmo, Deputado André Quintão? Eles nunca fizeram uma reforma administrativa sem ouvir o Plenário da Câmara. Justiça seja feita, Márcio Lacerda, atual Prefeito desta cidade, está propondo uma reforma administrativa a ser debatida com os Vereadores. Por que precisamos disso neste momento? Nesta altura do campeonato não faz sentido suspender o trabalho da Assembleia ou dar autorização para fazer reforma administrativa por lei delegada, pois essa situação gera dúvida, insegurança jurídica e uma série de especulações.

O esclarecimento de que o 13º e os salários serão pagos é bom, mas as leis delegadas são ruins e geram dúvidas. Geram dúvidas também em relação às obrigações do governo. O governo tem obrigações para com os Municípios. O Fundo de Compensação dos Municípios foi negociado quando autorizamos o empréstimo junto ao BNDES, com valores entre R\$350.000,00 a R\$5.000.000,00, que não foram pagos até hoje, Deputado Antônio Júlio. Vários Municípios não receberam o direito ao Fundo de Compensação dos Municípios. Por ironia do destino, coincidentemente, os Municípios que não receberam são governados pelo PT, PCdoB e PMDB. É estarrecedor.

O Governador do Estado tem de colocar em dia a dívida com os Municípios, pagar Governador Valadares, Contagem, Belo Oriente, todos que têm direito a receber o fundo, para ficar bem claro que não houve proteção a nenhum Município do partido A ou do partido B. Com toda a sua sensibilidade, o Governador deve aconselhar que se retire o pedido de leis delegadas nesta Casa, para que o debate seja amplo, fraterno, aberto, e não deixe dúvidas pairando no ar.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia. Inicialmente, assim como fez o companheiro Deputado Carlin Moura, parabenoza a Deputada Gláucia Brandão pelo seu trabalho, dedicação e compromisso, principalmente com as questões sociais e metropolitanas. Uma excepcional Deputada, que esperamos ter em nosso convívio. Infelizmente, na política os resultados não são correspondentes ao trabalho realizado. É até por isso que defendemos uma reforma política ampla, com financiamento público de campanha, rodízio de mandatos, fidelidade partidária e fortalecimento dos partidos políticos. É importante dar o testemunho em nome dos que não foram eleitos ou eleitas, mas que fazem um trabalho muito sério. Talvez a Deputada Gláucia Brandão não precise desse depoimento e do depoimento do Deputado Carlin Moura, mas faço questão de fazê-lo pelo seu trabalho junto à Frente Parlamentar da Região Metropolitana de Belo Horizonte, como membro efetivo do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e na Comissão de Cultura. Comentava com a Deputada Gláucia Brandão que é difícil haver nesta Casa Deputado ou Deputada com trânsito,

intimidade, coleguismo, respeito com o conjunto dos Deputados, e a Deputada tem essa virtude, fundada e embasada pelo seu trabalho e jeito de ser, pessoal e político. Deixo aqui também esse testemunho e quase aposta: que ela possa nos brindar com a sua companhia no próximo exercício da legislatura.

Porém gostaria de tratar também aqui, como fez o Deputado Carlin Moura, da questão das leis delegadas. Já discuti muito sobre esse assunto. Subi várias vezes nesta tribuna para dizer que o instituto da delegação só pode e deve ser usado em situações excepcionais, situações de crise, de emergência e de relevante interesse público. A Constituição Estadual, nossa lei maior, abriu essa brecha para situações de relevante interesse público, em que, por questão de tempo, fosse dispensável a participação do Legislativo Estadual. Não podemos usar o instrumento da lei delegada como exercício de poder da maioria. Isso é um equívoco que fere a democracia. Não vou discutir - aliás, já falei sobre isso em outras ocasiões, e cada um faz sua avaliação - os reais objetivos da utilização da lei delegada. Nego-me a fazer isso. Não vou fazer aqui um exercício de futurologia, mas digo que, ainda que fosse utilizada com primor técnico, com maior alinhamento político com as causas nas quais acredito, não defenderia a utilização da lei delegada. Sou socialista. Eu me formei numa escola que questionou o socialismo real da revolução russa e de outros modelos que provocaram profundas transformações sociais, mas que não compatibilizaram as transformações sociais com o exercício da democracia. Não acredito que meios inadequados atinjam fins desejáveis. Os fins não podem justificar meios inadequados. Essa é uma discussão da ética política. "O Príncipe", de Maquiavel, é uma leitura obrigatória para todos nós. Aliás, eu o li e reli por várias vezes, contudo não sou obrigado a concordar com os princípios formulados nele. Posso até constatar que muitos, infelizmente, vigem na política atual. Temos de colocar a política em outro patamar, como o da verdadeira democracia, que deve permitir que os sindicatos - como o Sind-UTE, que, com a liderança da Beatriz, travou uma luta belíssima; o Sindieletro; o Sindpúblicos e o Sindfisco, que também lançou uma bela publicação - opinem sobre como aprimorar a gestão do serviço público em Minas Gerais; que os conselhos do meio ambiente, da assistência, da criança, da igualdade racial, dos idosos, e tantos outros, possam opinar sobre os melhores rumos para a gestão pública em Minas Gerais; e que os Deputados possam aprimorar a proposta de rearranjo administrativo do governo. Não podemos - aliás, falo isso para os Deputados da base do governo - partir do princípio de que o Legislativo atrapalha.

Esse é um problema crônico, e não podemos assumi-lo. Se a Assembleia aprovar o mecanismo da lei delegada, repito que estará assinando o atestado de incapacidade política e legislativa. Lá fora, infelizmente, a opinião pública pode até concordar com a lei delegada: "Ah, é melhor o Governador fazer sem a Assembleia, pois aquele pessoal de lá pedirá cargos, fará emendas ao orçamento e encherá o saco do Governador para ganhar algo por fora". Infelizmente, é assim que a sociedade vê o Legislativo e, infelizmente, é assim que o Legislativo se comporta, sem bater a mão na mesa. Não digo que deveríamos fazer o mesmo que o Cuca, técnico do Cruzeiro, que bateu a mão, falando que ali ganhava dignamente seu salário, mas os Deputados tinham que bater a mão na mesa e dizer: nós existimos e temos dignidade, neurônios, capacidade de influir nos rumos do Estado. Não vamos indicar cargo ou emenda em troca da delegação por 30 dias ao Governador. Isso é o mínimo que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais poderia fazer. Mas, infelizmente, talvez o debate que se faça seja sobre se o Sandro Meira Ricci errou ou não o pênalti do Ronaldinho, aliás, do Ronaldão, pois ele está muito gordo. Essa é a discussão. Eu, não, quero discutir aqui por que a Copanor não está garantindo abastecimento de água para as pessoas que vivem no Jequitinhonha; por que o programa de combate às drogas, tão discutido na campanha do Governador, não veio como projeto estruturador, mas, sim, como projeto secundário, em terceiro plano; quais cargos serão criados para compensar apaniguados políticos; qual o melhor modelo de gestão. Não vou abrir mão de minha posição. Fui eleito e não abrirei mão de minhas prerrogativas. Posso perder no voto, mas, pelo menos, a Assembleia nos permite falar nesta tribuna, e minhas palavras estarão registradas nos anais, nas atas, para que outras gerações saibam que houve um tempo em que havia um resquício de resistência democrática, uma vez que lei delegada não é um mecanismo democrático no exercício regular da democracia. Repetirei aqui porque acredito nisso. Não conheço o plano de reestruturação administrativa do governo, pois não sou da base de governo e, por isso, não devo conhecê-lo, mas imagino que tenha sido pensado projetando-se o melhor para Minas. Não apoiarei nem votei no Governador reeleito, mas ele é uma pessoa com história e trajetória, e espero que não se comprometa em função das injunções políticas de partidos conservadores que o ladeiam. Tenho que dizer aqui que confio nas suas melhores intenções, mas, por melhores que sejam - e acredito que são -, elas não podem eximir a Assembleia Legislativa de seu exame, porque esta legislatura pode contribuir para aperfeiçoá-las. Deputados, a população tem uma visão negativa, mas acredito que existem aqui forças políticas, partidárias e intelectuais capazes de agregar ideias, valores e concepções a um projeto que o governo nos encaminha.

Direi de maneira respeitosa ao Sr. Governador Anastasia, pessoa que reputo como uma das mais conhecedoras da realidade do Estado de Minas Gerais: Governador, dê uma chance a esta Casa de ajudá-lo a construir um futuro melhor para Minas Gerais. Não despreze esta Assembleia, não despreze as inteligências aqui presentes, não despreze a representatividade aqui presente. Não se deixe influenciar por aqueles que querem trocar essa contribuição por obras ou emendas liberadas por cargos no futuro governo. Isso não condiz com a sua postura de homem profundamente comprometido com a gestão pública. Governador Anastasia, podemos ajudá-lo, assim como a Oposição, que poderá ajudá-lo com ideias e com propostas. Assumimos nosso mandato, então disputaremos ideias. No dia 20 de dezembro encerraremos o ano legislativo aprovando ou rejeitando as suas propostas e celebrando a democracia. Faça este apelo, este Deputado que o respeita muito, Sr. Governador. Não se deixe influenciar por forças conservadoras que querem rebaixar o papel do Poder Legislativo. Confie no Legislativo, em sua base e em sua Oposição. Queremos um Estado melhor, mais democrático, e não um pior, composto por iluminados. Comungamos de fontes comuns, intelectuais e políticas. Precisamos convergir para uma postura que fortaleça o Legislativo Estadual. Infelizmente, esperava que a base do governo tivesse a hombridade de fazer este pedido ao Sr. Governador Anastasia. Se ela não foi capaz, eu, como Deputado da Oposição, serei. Valorize o Legislativo.

Termino com as palavras do ex-Governador e Senador eleito Aécio Neves, mencionando um escritor inglês: "Governo forte precisa de Oposição forte". Valorize a democracia e o Legislativo, Governador. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva*- Caro Presidente Deputado Hely Tarquínio, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, inicialmente gostaria de cumprimentar o Deputado André Quintão pelo brilhante pronunciamento. Concordo com ele em número e grau. Discordo apenas da prática. Lembro-me de que o PT, quando foi criado, ao longo da ditadura e nos anos subsequentes, condenava o governo militar pela edição frequente de decretos-leis. A oposição aos governos instalados a partir de Collor de Mello condenava fortemente as medidas provisórias e o governo Lula. Quando o PT chegou ao poder, foi o que mais editou medidas provisórias neste país. Uma situação é o nosso sonho e a nossa utopia, a outra é a nossa realidade. Teremos absoluta independência de ação e equilíbrio efetivo dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário quando acabarmos com a hipocrisia. Lembro-me de que acompanhei, ao longo dos anos, o grito "Fora, Alckmin!". Hoje o Brasil do PT empresta dinheiro ao FMI. Uma hipótese é ser governo e agir como tal, a outra é ser oposição.

Fui oposição à ditadura e preso por três vezes. É duro ser oposição, mas às vezes é até mais duro ser governo, especialmente porque é preciso curvar-se à realidade. Se as transformações necessárias ao governo de Minas fossem feitas por meio de projetos de lei que aqui viessem, esgotaríamos a metade, se não todo o mandato do Governador, na tentativa de negociar cada mudança, cada aspecto de cada projeto de lei. Sou contra essa preponderância do Executivo na formação da legislação. Quando aqui cheguei, em meu primeiro dia, uma repórter perguntou-me que tipo de projeto de lei apresentaria. Respondi que, se pudesse, não apresentaria nenhum, pois temos leis demais. Está até sobrando lei. Precisamos diminuir seu número, além de colocar em prática as boas e de revogar as que ou são ruins ou já caducaram.

Hoje, embora meu tempo esteja escasso, gostaria de cumprimentar o Dr. Alceu Torres Marques, cujo nome acaba de ser confirmado para continuar na chefia do Ministério Público de Minas Gerais. Quem me viu nesta tribuna, ao longo do ano de 2007, mostrando os equívocos, os erros e as aberrações cometidas por membros do Ministério Público há de estranhar nossa fala de hoje e os nossos cumprimentos. No entanto é preciso observar que, desde o tempo em que o Dr. Nedens Ulisses era o chefe do Ministério Público, mantemos o mesmo comportamento. Lembro-me de quando foi criado aquele setor especializado em crimes de Prefeitos. À época, fomos até o Ministério Público, como Prefeito, e pedimos - quase que exigimos - que se tirasse aquela placa, substituindo-a por outra, o que foi feito, acabando com a conexão direta de que todo Prefeito é ladrão, de que todo Prefeito é safado. Hoje, na placa consta "Corregedoria Especializada em Crimes de Agentes Políticos".

Como Presidente da União Nacional de Defesa dos Prefeitos e ex-Prefeitos do Brasil - Undep -, cumprimento o Dr. Alceu na expectativa de que possamos estabelecer o diálogo, tal qual ocorreu anteriormente com o Dr. Jarbas, que fechou, no terceiro andar do prédio do Ministério Público, uma central de escuta telefônica ilegal. Não devemos esquecer-nos daquela luta com o Dr. Nedens Ulisses, quando conseguimos acabar com o epíteto horroroso de Promotor especial de crimes de Prefeitos. Conseguimos também, com o Dr. Jarbas, acabar com a central de escuta telefônica.

Com o Dr. Alceu Torres, vimos algumas iniciativas, especialmente a do Ministério Público Itinerante, que tenta aproximar-se da população, dos Prefeitos, dos Vereadores e de lideranças locais, na busca de um entendimento diferenciado. Da mesma forma como disse ao Deputado André Quintão que uma coisa é ser governo e outra é ser oposição, afirmo que uma coisa é nossa utopia e outra coisa é a realidade brutal do sistema democrático com o qual convivemos. Dr. Alceu, reconhecemos as dificuldades. A legislação outorga ao Promotor de Justiça uma autoridade muito superior àquela que deveria ser outorgada. O chefe do Ministério Público não tem muito controle sobre as ações específicas de cada Promotor, todavia pode sensibilizá-lo para que evite transformar em notícia de jornal, de rádio e de televisão fatos ainda não confirmados, levando à execução pública nomes, especialmente daqueles que hoje pela Undep defendemos, que são os Prefeitos e os ex-Prefeitos do Brasil.

Essa associação recém-criada, com 16 Deputados desta Casa fazendo parte da sua fundação e mais 48 Prefeitos, está expandindo-se. Queremos oferecer-nos ao Ministério Público para a manutenção de um diálogo permanente com o objetivo de buscar eliminar os exageros. Sabemos muito bem que a maioria das iniciativas do Ministério Público que execram e enxovalham o nome dos Prefeitos, dos ex-Prefeitos e até de Deputados... Outro dia vimos aqui o Deputado Ademir Lucas sendo enxovalhado pela imprensa por um fato que não era verdadeiro, devido a notícia oriunda do Ministério Público, da atitude daqueles jovens membros da instituição que chamávamos de juvenis "holofotários", os quais não aguentam ver um holofote e começam a apresentar denúncias daqui e dali.

Gostaria de remeter o meu pronunciamento ao Deputado André Quintão mais uma vez, para dizer que, muitas vezes, a iniciativa das bancadas é muito importante. A Bancada do PMDB estará amanhã conversando com o Governador sobre o projeto. A Bancada do PT esteve lá conversando. Deve ter conversado também sobre o projeto de delegação de poderes.

Como Prefeito que fui por duas vezes, sei das dificuldades que existem para fazer transformações muito rapidamente, porque, na verdade, os mandatos são curtos demais. Lula está saindo, e os jornais de hoje estão dizendo, em alto e bom som, que o mandato foi muito curto. O período de oito anos foi pequeno. Vejam que o Lula está reclamando que foi pouco. Então, o mandato é curto e não se pode esperar para fazer as transformações. Estamos no século XXI. As transformações se processam em velocidade fantástica. Estamos na era da informática, da robótica, da cibernética. A velocidade das transformações é tão grande que, para acompanhá-la, é preciso uma certa celeridade.

Lamento dizer e confirmar que o processo legislativo é lento, muito lento. Teríamos de dar um jeito de verificar nesta Casa uma forma de mudar o Regimento para que o processo de discussão e votação fosse mais rápido.

O Deputado André Quintão (em aparte)*- Primeiramente, quero agradecer ao integrante da plateia que apoiou que o Presidente Lula deveria ficar mais tempo na Presidência da República. Infelizmente, a regra eleitoral permitiu apenas 8 anos. Gostaríamos que ficasse 12 anos. Bateríamos palmas para ficar 12 ou 16 anos, mas só ficou 8 anos.

Mas, Sr. Presidente, gostaria de fazer algumas considerações de forma muito respeitosa ao Deputado Getúlio Neiva, a quem prezo muito. O argumento de que o Poder Legislativo é lento foi utilizado vários vezes pela ditadura.

O Deputado Getúlio Neiva sabe que o Governador eleito Anastasia teve o apoio expressivo de segmentos democráticos, de intelectuais, de juristas. A lei delegada é uma excrescência. Se o Poder Legislativo é lento, vamos transformar as suas normas regimentais para que ele seja mais ágil, mas esse argumento de que ele é lento, com todo o respeito, Deputado Getúlio Neiva, não é saudável.

Não vamos, então, simplesmente conceder ao Governador 30 dias. Vamos fazer uma economia para os cofres públicos, para colocar o recurso lá na Copanor, para colocar água para quem precisa, nos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do São Mateus e vamos fechar o Legislativo.

Porque não adianta reconhecer que o Legislativo é lento, para dizerem depois: "Em janeiro, com os Deputados na praia, o Governador faz o que quiser". Depois o Legislativo volta às suas atividades em fevereiro com um mundo de despesas para que o contribuinte pague o seu funcionamento para não fazer nada, Deputado Carlin Moura, pois o principal foi feito pelo Governador dando canetada em janeiro. Isso é indefensável, estou até com trauma.

Por isso digo que não sairei de férias em janeiro caso seja aprovada a lei delegada. Depois vão dizer: "Deputado, você de férias abriu mão..."- eu não, pois votarei contra - "mas o senhor abriu mão? O Legislativo fechado, e o Governador fazendo o que está querendo fazer?" Depois, em fevereiro, volta o Legislativo lento. Serão quatro anos de Legislativo lento para receber extraordinárias, salários e verbas indenizatórias. Desse jeito não dá.

Portanto, Presidente, Deputado Doutor Viana, farei aqui um apelo para a base de governo, porque para a Oposição não adianta, somos a minoria. Faça o seguinte: diga ao Governador para confiar na sua base de governo, pois aprovaremos até o dia 20 de dezembro. A palavra da Oposição já está empenhada. Votaremos. Se vai ser sim ou não, dependerá do conteúdo. Não farei futurologia. Governador, como já disse, valorize a sua base de governo, que tem Deputados inteligentes e com neurônios. Eles não querem apenas emendas e obras. São pessoas sérias e dedicadas, portanto, confie nelas. Não dê canetada, pois isso é da época da ditadura. Muito obrigado, Deputado Getúlio Neiva.

O Deputado Getúlio Neiva* - Eu que agradeço porque, na verdade, iniciei minha fala cumprimentando o Deputado André Quintão e dizendo que concordava com ele em gênero, número e grau. No entanto, me curvo à realidade, que é outra coisa. Lembro-me muito bem de um Vereador expressivo que chegou a ser Prefeito da minha cidade e Deputado Federal por quatro vezes. Depois que ele fez um belo discurso explanando sobre um projeto, levanta-se o Líder da Maioria que diz: "discurso bonito, doutor. Concordamos com tudo que o senhor falou, mas votamos contra".

Portanto, a verdade tem de ser colocada. Digo que não sou tapete nem capacho de governo. Não sou, nunca fui e nunca serei. O que estou mostrando é a realidade. Combatemos o tempo todo o decreto-lei e, com a vinda da democracia, criou-se a medida provisória. Até o meu amigo e companheiro Lula, apoiado pelo PMDB, está usando mais a medida provisória, que é um decreto-lei da ditadura, do que os outros Presidentes. Uma coisa é a realidade; outra coisa é a nossa utopia. Saiba que sou seu colega de utopia, meu caro companheiro. Um abraço.

* - Sem revisão do orador.

Matéria administrativa

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 22/11/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

exonerando Adilson Las-Cazas de Brito do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando, a partir de 22/11/10, Elma Jacob do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

exonerando Nathália Ribeiro Fernandino de Andrade do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Adilson Las-Cazas de Brito para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

nomeando Nathália Ribeiro Fernandino de Andrade para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 22/11/10, Ana Carolina Utsch Terra do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Termo de Aditamento

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: RPS – Rios Projetos e Sistemas Ltda. Objeto: cessão de uso, supervisão e manutenção do SAFCI – Sistemas Informatizado de Administração Financeira e Controle Interno, da Assembleia e de seus fundos. Objeto do aditamento: 3ª prorrogação contratual. Vigência: 3/1/2011 a 3/1/2012. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.